

Moreno - considerado indiscutivelmente um ser humano dotado de um potencial criativo excepcional, merece ser conhecida por toda a humanidade, como um exemplo de uma existência fecunda, tanto ao nível pessoal como profissional.

### **CARTILHA DA DOMINAÇÃO: A IDEOLOGIA DAS PRIMEIRAS LETRAS NOS CAMPOS DO BRASIL**

*Márcia Regina de Oliveira Andrade* \*

---

RODRIGUES, Marlene. *Cartilhas da Dominação: a ideologia das primeiras letras nos campos do Brasil*. Curitiba: Ed. da UFPR, 1991. 152p.

O livro "Cartilhas da Dominação" objetiva refletir a respeito da natureza política da educação enquanto mecanismo de reprodução da cultura, dos saberes e dos interesses das classes hegemônicas. Este trabalho é oportuno e necessário, pela urgência da restauração da dignidade do campesinato como classe social, e, conseqüentemente, pelo resgate da própria sociedade brasileira, como nação.

Para uma visão geral desta obra, a autora procurou contemplar o processo de transformação das relações de trabalho no campo, evidenciando a pauperização do camponês brasileiro, ao longo da história, e a desigualdade que o sistema fundiário perpetua; a educação no meio rural e a política educacional reconhecidas como sujeito e objeto de dominação; o significado da alfabetização como um ato político, promovendo a conscientização de cada sujeito sobre si e sua realidade, e uma reflexão sobre as cartilhas governamentais, tanto as produzidas

durante o regime militar, quanto as editadas posteriormente, que negam a realidade rural brasileira.

A autora aborda a educação como um processo que possibilita o conhecimento, o desenvolvimento de habilidades e a conscientização do homem, num compromisso tacitamente político, histórico e transformador, tomando como base os ensinamentos de Paulo Freire e outros, indicados na bibliografia.

O trabalho está dividido em quatro momentos, englobando: contextualização histórica, análise e reflexão crítica sobre a questão política e social da terra e a luta em torno da palavra.

Desta forma, Marlene Rodrigues apresenta, num primeiro momento, um panorama sobre a questão fundiária no Brasil, onde a expansão latifundiária e as riquezas estrangeiras nos espaços brasileiros, estimulados por uma política de incentivo governamental, desenvolveram, no campo, os modos de produção capitalista, o qual gerou a selvagem proletarianização em massa dos trabalhadores rurais e a eliminação dos modos de produção pré-capitalistas. O latifúndio tem-se constituído num dos grandes responsáveis pela pauperização da população rural, decorrente da expropriação das classes de renda média e baixa no campo.

Com dados estatísticos, a autora fundamenta a alta concentração da propriedade da terra - característica da estrutura fundiária brasileira desde a colonização -, evidenciando a desigualdade social no campo, onde as pequenas propriedades são impossibilitadas de produzirem o

---

\* Pós-graduanda da Faculdade de Educação da UNICAMP.

suficiente para a subsistência da unidade familiar, gerando uma massa excedente de trabalhadores subempregados e desempregados. A expropriação econômica do camponês tem, como um dos indicadores, a utilização do trabalhador volante nas agroindústrias, caracterizando a exploração capitalista no campo.

Para a manutenção desse sistema fundiário e das relações capitalistas de produção agrícola - de interesse dos "barões da terra" -, se faz necessário a disponibilidade do trabalho do lavrador, e de sua família em condições de miserabilidade, num esquema de fixar o homem na terra. Vislumbra-se aqui os motivos ideológicos na política educacional brasileira, criando opressores e oprimidos, e perpetuando a situação extremada de injustiça social no campo.

Num segundo momento, Marlene Rodrigues aborda a educação no meio rural inserida num quadro político, econômico e social de sofrimentos e contradições, "modelada ao sabor dos interesses do latifúndio e dos segmentos urbanos dominantes, com vistas a mantê-los a hegemonia". A título de exemplificar esse constatação, a autora mostra a educação escolar da criança, adolescente e adulto do campo, alienada da realidade social a que pretende servir, oferecendo rudimentos da leitura e da escrita, cálculos elementares, poucos conhecimentos da geografia e história que, além de descritivos e acríticos, são falsos e irrealis.

A educação rural se apresenta numa total inadequação dos conteúdos, métodos e programas face à situação político-econômica da população camponesa, além da alienação, desengajamento e incompetência do professor, evidenciando

a negação do mundo rural enquanto estratégia para mantê-lo sob dependência.

Ainda neste capítulo, são abordados os problemas que a escola rural enfrenta atualmente, assim como a perspectiva do campesinato em relação a essa escola, na intenção de definí-la, para sua transformação, visando o reconhecimento de suas contradições; "ao mesmo tempo em que veicula a ideologia dominante, oferece os conteúdos intelectuais necessários à sua sobrevivência".

Num terceiro momento, Marlene Rodrigues trata da educação enquanto um compromisso com o humano, "na intensificação da sua consciência, a reverência pela Vida em sua totalidade, e o fazer a História via mudança e transformação. Invocando Paulo Freire, a autora diz que a educação é um ato político, onde é necessário assumir a alfabetização como uma atividade educativa de conscientização, ou seja, como uma atividade de conteúdo e natureza política.

O desenvolvimento da consciência crítica, através do incentivo à curiosidade, ao conhecimento e à reflexão da realidade, vai garantir à criança, adolescente e adulto camponeses o direito de serem "sujeitos de sua alfabetização, de dizerem sua palavra e, com isso, garantirem a si e ao campesinato, o uso pleno de suas emoções e inteligência, no reconhecimento e trato das contradições do sistema em que nascem, vivem e morrem. Diante disso, verifica-se que as reais condições de vida não têm sido vivenciadas no processo de alfabetização pelo aluno camponês.

Para que tal constatação seja evidenciada, a autora analisa num quarto momento, as cartilhas governamentais produzidas a partir de 1980, através das

Secretarias de Estado da Educação e sob supervisão do Ministério da Educação e Cultura, em 8 estados da Federação (Ceará, Paraíba, Pernambuco, Sergipe, Piauí, Rio Grande do Norte, Maranhão e Mato Grosso do Sul), cuja proposta era integrar as populações rurais à sociedade brasileira, nas áreas mais carentes do país.

Com vistas a precisar a ideologia, nível manifesto de conscientização e o compromisso dos seus autores frente à vida camponesa e ao seu direito a transformações históricas, a autora analisou, neste material didático, valor, representação, forma e conteúdo, constatando que os temas centrais, giravam em torno de valores universais, tais como : homem, natureza, família, amor, fé, cultura e o trabalho.

O resultado de tal estado evidenciou que as características das cartilhas governamentais primam pela negação: do mundo rural, da vida e das lutas do camponês brasileiro e da própria cultura do homem do campo; das capacidades de inteligência, sensibilidade e espírito crítico para perceber e interpretar o seu próprio mundo; da própria infância enquanto uma fase da existência humana plena de desenvolvimento; da possibilidade da luta camponesa e do campesinato como classe social; da natureza política da educação; e, do significado político, formativo e crítico da alfabetização.

Marlene Rodrigues chama atenção para a urgência em se dizer, nos primeiros livros da vida escolar do aluno camponês, palavras que expressem a realidade rural, as causas da dominação e as da desigualdade entre os homens do campo, desmistificando as relações de trabalho que oprimem o campesinato, encorajando-o a desafiar o poder dominante e a desenvolver uma contra-hegemonia. É

preciso resgatar a dignidade camponesa, tendo como meio a educação enquanto um projeto histórico de libertação, preservando o caráter político da alfabetização e do processo de conscientização.

Portanto, a contribuição dessa obra ilumina a discussão sobre o que queremos para as escolas rurais, tendo de um lado uma política educacional alienada e totalmente distante da realidade do mundo rural e, de outro, várias iniciativas, de caráter alternativo, de educar o aluno do campo de maneira conscientizadora, valorizando os aspectos essenciais da existência humana, tornando-o sujeito capaz de fazer, refazer e transformar o seu mundo e seu próprio tempo.

Finalmente, convém ressaltar que este livro, escrito em linguagem clara e convincente, é fortemente apoiado pela pesquisa realizada, que fundamenta sua proposta. Sua leitura torna-se, assim, indispensável a todos aqueles que se interessam em compreender a escola, inserida em seu adequado contexto, ou busquem articular a educação, com os interesses da transformação social.

## HISTÓRIA DA INSTRUÇÃO PÚBLICA EM GOIÁS

*Arilda Inês Miranda Ribeiro \**

---

BRETAS, Genesco Ferreira. *História da Instrução Pública em Goiás*. Goiânia, CEGRAF/UFG, 1991.

O trabalho que o professor Genesco Bretas desenvolveu durante oito anos

---

\* Doutoranda da Faculdade de Educação da UNICAMP.